

Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista

Daiana da Silva* e Christiane dos Santos Luciano**

Resumo:

Este artigo visa introduzir os/as leitores/as à vida e obra da intelectual negra Antonieta de Barros, também conhecida pelo pseudônimo "Maria da Ilha". Nascida em Santa Catarina foi jornalista, educadora e uma das primeiras mulheres eleitas no Brasil, sendo a primeira mulher negra a assumir um mandato popular. Dedicou sua vida à defesa da emancipação feminina e da educação, promovendo a alfabetização de adultos pobres. Desafiou todos os padrões de um estado racista, misógino e conservador no início do século XX, sofrendo fortes retaliações por ousar ocupar espaços até então negados à população negra, especialmente às mulheres. Escreveu o projeto de lei que instituiu o Dia do Professor em Santa Catarina, oficializado 20 anos mais tarde em todo o país. Recentemente, têm sido essenciais as pesquisas que buscam resgatar as contribuições e o legado de Antonieta, que também defendia a difusão da cultura negra em seu estado natal e no Brasil.

Palavras-chave: Antonieta de Barros; Educação; antirracismo; emancipação feminina.

Antonieta de Barros and the education as an anti-racist strategy

Abstract:

This article aims to introduce readers to the life and work of the black intellectual Antonieta de Barros, also known by the pseudonym "Maria da Ilha". Born in Santa Catarina, she was a journalist, educator and one of the first women elected in Brazil, being the first black woman to assume a popular mandate. She dedicated her life to the defense of female emancipation and education, promoting the literacy of poor adults, defied all the standards of a racist, misogynistic and conservative state in the early 20th century, suffering strong retaliation for daring to occupy spaces hitherto denied to the black population, especially

* Amefricana, afrofeminista, mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, estudante do curso Estudos Afrolatino-Americanos e Caribenhos do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Professora na Educação Infantil do município de Nova Iguaçu-RJ e professora de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. End. eletrônico: daiana.asilva@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2090-5394>

** Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil. End. eletrônico: christiane.dsluciano@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7817-7541>

women. She has also written the bill that instituted Teacher's Day in Santa Catarina, made official 20 years later across the country. Recently, these researches that seek to recover the contributions and legacy of Antonieta, who also defended the diffusion of black culture in her home state and in Brazil, have been essential.

Keywords: Antonieta de Barros; Education; antiracism; female emancipation.

Introdução: o aroma da insurgência

Há criaturas que deixam o aroma de sua passagem, como os turbulos, onde se queimam essências aromáticas.
Antonieta de Barros (2022, p. 59).

Esta escrita se inicia com as palavras de Antonieta de Barros refletindo sobre o aroma que as pessoas deixam ao passar. O perfume deixado por Antonieta de Barros cheira à luta, ousadia e resistência. É necessário resgatar, sentir e exalar seu aroma, que nos permite recordar memórias de uma trajetória potencial, compreender o presente e prosseguir. É sobre colocar em prática a filosofia de *Sankofa*¹, pássaro africano que voa para frente com a cabeça voltada para trás, um pássaro que recorda o passado para dar sentido à história presente e ressignificar o futuro.

A vida e a obra da intelectual brasileira Antonieta de Barros, mulher catarinense, negra, professora, escritora, jornalista e primeira deputada estadual no Brasil, contribuíram para desenhar outro contexto em que as mulheres negras são produtoras de um conhecimento próprio que confere visibilidade à intelectualidade baseada na união entre corpo e mente.

Mulheres negras em suas singularidades, mesmo que atravessadas por diversas opressões, ao longo da história de resistência da população negra, foram movidas por suas experiências de re-existência, de driblar as desigualdades históricas, econômicas e sociais. Segundo Patricia Hill Collins (2016), as mulheres fazem uso criativo do lugar de marginalidade. À medida que as mulheres negras reconhecem o ponto de vista fornecida por esta inserção pelas margens, isto é, pelo lugar não consagrado socialmente, da “não existência”, das situações desiguais, de objetificação etc., tornam-se mais conscientes das desigualdades sociais a que são expostas e dessa forma inauguram estratégias para romper fronteiras colocadas pelo racismo estrutural, uma política desumanizadora que é parte integrante do capitalismo.

¹ O símbolo gráfico sankofa é de origem Akan, da África Ocidental, incluindo Gana e parte da Costa do Marfim. Significa “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou pra trás”. Em outras palavras, voltar às raízes e construir sobre elas a prosperidade (Nascimento, 2009).

Lélia Gonzalez², ao analisar o entrelaçamento de raça, gênero e classe social nas relações de trabalho, inaugura um pensamento interseccional e destaca que, não só há uma divisão social e sexual do trabalho, consequência do modo de produção intensificado pelos capitalismo e patriarcado, como também uma divisão racial do trabalho. Para a intelectual, essa articulação entre raça, gênero e classe define o lugar social das mulheres, principalmente das não-brancas, as *amefricanas* e as ameríndias, pois:

O caráter duplo da sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque este sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2020, p. 145-146).

Até os dias de hoje Antonietas desafiam as opressões de raça, gênero, classe e tantas outras a que são impostas no cotidiano, nas relações de trabalho, nos desafios de trilhar um caminho intelectual aliado a experiências de vida, do fazer, e da vida política. Mas, é certo que as mulheres negras são protagonistas em vários cenários e histórias que constituem o Brasil. Porém, é preciso destacar que há uma desvalorização do trabalho intelectual das mulheres negras. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), ao refletir sobre as representações da *mulata*³ e da doméstica, presentes na nossa cultura, que contribuem para a disseminação do mito da democracia racial:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar, etc. Já o termo “mulata” implica na forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos nacionais burgueses. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudo-mercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra articula-se a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isto, além do lucro,

² Ao lado de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez é apresentada aqui neste dossiê *Intelectuais negras brasileiras* por Gonçalves (2022).

³ Termo utilizado à época.

significa em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 44).

O pensamento social construído historicamente pelo racismo no imaginário social relegou às mulheres negras o lugar do trabalho doméstico, passar, lavar, servir etc. Além de fomentar através do mito da democracia racial a ideia que nega que haja racismo no Brasil, o estereótipo da mulata, no qual as mulheres negras são hiperssexualizadas e objetificadas. Essa lógica racista e sexista associa as mulheres negras a pessoas incapazes de uma vida intelectual, um corpo sem mente.

A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas, independente de nosso status no trabalho ou na carreira assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais (hooks, 2005, p. 468-470).

Para que mulheres negras adentrem os “não lugares”, ou seja, “tomem posse do território intelectual” precisam transgredir as margens, o que se configura como um ato de insurgência de mulheres que ao longo da história foram silenciadas (hooks, 2017). Antonieta de Barros faz parte deste panteão de insurgentes. É sujeita de sua própria história. Para ela, “a luta quieta, a luta invisível da astúcia humana, em que se sente, a cada passo, a necessidade de acotovelar, de resistir, para não ser esmagado, sem que se defronte com ninguém” (Barros, 2022, p. 98). Autêntica, Antonieta percorreu caminhos como o perfume fresco e leve feito brisa que passa brechas, fissuras e transgride fronteiras. Estruturou seu legado como quem passa e deixa um aroma profundo feito raiz, quente e acalentador (Margarida, 2018).

Percurso biográfico de Antonieta de Barros, a Maria da Ilha

Mulher, mete o pé nessa porta
Mostra à Casa Grande o que nos importa
Ergue a bravura na tua voz
Revolucionando em tom feroz
Se o amanhã pede socorro
Asfaltos e morros verão renascer
Milhares de Antonietas
Provando que o povo também tem poder⁴

Antonieta de Barros nasceu no ano de 1901, na cidade de Florianópolis, 13 anos após a abolição da escravatura. O momento histórico era marcado pelas tentativas de modernização e industrialização do país baseadas em políticas racistas e higienistas promovidas pelo Estado brasileiro. Santa Catarina, o estado com menor porcentagem de população negra do país (Sead, 2006), não fugia à regra.

⁴Trecho do enredo “Lute como Antonieta”, da escola de samba Consulado, em 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bjLddss6TLs&ab_channel=G.R.E.SConsulado.

A família de Antonieta fez parte das muitas expulsas de seus lares pelas reformas urbanas ocorridas no início do século XX (Romão, 2021a). Antonieta era filha de Catarina, uma mulher negra escravizada que, após ser liberta, mudou-se da cidade de Lages para Florianópolis, onde trabalhou como cozinheira, empregada doméstica e lavadeira. O pai de Antonieta se chamava Rodolfo José de Barros e foi funcionário dos Correios, praça do exército e músico. Teve também três irmãos da parte materna: Cristalino, Maria e Leonor e dois da paterna: João e Boaventura (Romão, 2021a).

Até pouco tempo atrás, não era possível localizar muitas informações sobre a família de Antonieta. Boatos foram criados sobre sua paternidade e apenas desmentidos a partir de estudos aprofundados como os da intelectual Jeruse Romão⁵, uma das principais referências hoje no que diz respeito à vida e obra desta importante intelectual negra brasileira. Destacam-se também o documentário *Antonieta*, de Flávia Person (2016); a dissertação de mestrado intitulada *Antonieta de Barros: uma história*, escrita por Karla Nunes (2001) e a tese *Nos passos de Antonieta: escrever uma vida*, de Luciene Fontão (2010), como importantes fontes para as informações aqui apresentadas.

Foi por meio do acesso à educação e da atividade docente que a vida de Antonieta tomou os rumos que a levaram a ser uma das três primeiras mulheres eleitas no Brasil e a primeira mulher negra a ocupar esse lugar. Mas isso não ocorreu sem grande resistência por parte das elites catarinenses, que não admitiam a ideia de que suas filhas compartilhassem o espaço escolar com filhas de mulheres negras e lavadeiras (Romão, 2021a). O enfrentamento ao racismo, à desigualdade de classes e à misoginia no sistema educacional esteve presente na vida de Antonieta desde a infância e teria fortes influências em seus dois mandatos quando adulta.

Em 1921, Antonieta se tornou a primeira de sua família a concluir os estudos. À época não existiam concursos públicos para seleção de professores. As vagas eram ocupadas por indicação das oligarquias catarinenses e por isso Antonieta fundou, com sua irmã Leonor, também professora, sua própria escola particular. Como tudo que Antonieta fez durante a vida, sua escola era reconhecida pela excelência, o que garantiu a presença de filhos e filhas das camadas mais abastadas, mas também das classes trabalhadoras da cidade. Dentre os célebres alunos, estava Luiz Henrique da Silveira, que se tornaria governador do estado. Por ousar sair do

⁵ Pedagoga, mestre em Educação e uma das principais pesquisadoras da vida e obra de Antonieta de Barros. Na ponte entre a academia e a militância, a intelectual dá ênfase às questões raciais e de gênero. Também é fundadora do Núcleo de Estudos Negros (NEN), fez parte da criação da *Medalha Antonieta de Barros* (em homenagem à professora, escritora e deputada sobre quem publicou um livro, em 2021). Atuou como consultora da Unesco, Ministério da Educação, da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina e faz parte da Associação de Educadores Negros do Estado de Santa Catarina.

lugar ao qual as elites queriam confinar a população negra, Antonieta sofria ameaças e insultos racistas pelo telefone de sua escola (Romão, 2021a).

Reconhecida pela sua inteligência, profissionalismo e cultura, desde cedo mostrou inclinação para a organização política e se manifestou contra as injustiças e desigualdades sociais que excluía as mulheres, especialmente as pobres, de locais de poder. Jamais fez coro com as elites conservadoras de seu tempo e, embora ela mesma não se considerasse feminista, sua postura sempre foi de apoio às pautas dos movimentos de mulheres (Romão, 2021a).

No ano de 1933, após as mudanças que ocorriam no país e que resultaram no fim da República Velha e no primeiro governo de Getúlio Vargas, finalmente ingressou no serviço público ao ser nomeada como professora substituta na Escola Complementar. No mesmo ano, assumiu a vaga como efetiva, lecionando Português e Literatura (Romão, 2021a). Em 1934, no primeiro ano em que as mulheres puderam votar, Antonieta já se candidatou a deputada, o que indica seu pioneirismo na luta para que as mulheres, especialmente negras, pudessem acessar lugares dos quais foram historicamente excluídas.

Afastou-se da docência para cumprir seu primeiro mandato e retomou o trabalho como professora após ter seu ofício cassado pelo Estado Novo em 1937. Atuou, então, em diferentes escolas da cidade e, em algumas delas, ocupando o posto de diretora, concomitantemente ao seu curso particular (Romão, 2021a). Em 1947, quando o país estava novamente sob a democracia, concorreu pela segunda vez à Assembleia Legislativa. Sua vida parlamentar não foi isenta de perseguições, o que impactou seu trabalho docente. Em 1951 foi dispensada pelo governo catarinense das atividades complementares que se propunha a fazer após a aposentadoria, no Colégio Dias Velho. Terminou sua carreira de professora atuando no mesmo local em que havia iniciado, sua escola privada.

Foi também jornalista e escritora, além de professora e deputada. Ainda enquanto estudante, organizou a revista *Buliçosa*. Depois de formada, escreveu para diversos jornais e revistas, inclusive participando do Centro Catarinense de Letras, criado em 1925. A iniciativa foi uma resposta aos critérios racistas e misóginos da Academia Catarinense de Letras, que impedia que intelectuais negros e mulheres fizessem parte do grupo (Romão, 2021a).

Antonieta de Barros escreveu, na maior parte do tempo, sob o pseudônimo de Maria da Ilha. Além de ser conhecida por esse nome, também teve outra marca registrada: sua coluna, denominada “Farrapos de Ideias”, que daria nome ao livro que publicou em 1937. Produziu textos sobre diversos temas, dentre eles trabalho, educação, modernidade, literatura, magistério, guerras, desigualdades sociais, feminismo e direitos das mulheres. A diversidade de assuntos que abordou demonstra seu vasto conhecimento sobre a conjuntura política, social e econômica do país e do mundo.

Sua trajetória literária e jornalística também foi atingida pela ditadura de Vargas, obrigando-a a uma pausa em suas atividades entre 1937 e 1941. Após retornar à escrita, Antonieta, com anos de experiência de docência e atuação parlamentar, voltava com textos ainda mais qualificados. Nos últimos anos de sua vida, seus *Farrapos de Ideias* apresentavam explicitamente suas posições políticas e militantes (Romão, 2021a). Antonieta de Barros faleceu em 1952, aos 50 anos de idade, por complicações da diabetes. Deixou um imenso legado que pouco a pouco tem sido retomado pelas gerações atuais, que encontram em sua vida e obra inspiração para sonhar com um mundo mais justo.

Do engajamento político à defesa da educação: principais contribuições da autora

Vida coroada de glória
O jornal, a oratória
Mestra exemplar
Escritora de estilo
Da política ao asilo
Mas nunca deixou se entregar
Uma odisséia fascinante
Que eternamente iremos lembrar⁶

A vida de Antonieta de Barros muitas vezes foi contada a partir de uma visão paternalista branca, que não a reconhecia como protagonista de sua própria história (Nogueira, 2021). Essa abordagem vem sendo questionada por pesquisadoras militantes e engajadas, que buscam retratar suas vivências de maneira fiel e fazer jus ao grande legado que ela nos deixou. É necessário afirmar que Antonieta de Barros apresentou excelência em tudo que se propôs a fazer. Não chegou às posições de destaque que ocupou durante sua vida por meio de apadrinhamento de oligarca poderoso, tampouco por sorte.

Um dos elementos para os quais Romão (2021a) nos chama a atenção é o histórico de engajamento político de toda a família Barros. Todos os três filhos de Catarina se envolveram em atividades políticas ao longo de suas vidas. Cristalino participou ativamente do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, na Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, além de ter sido fundador da União Beneficente dos Pintores de Florianópolis. Leonor participou, com a irmã, da fundação da Liga do Magistério Catarinense. Já Antonieta, com apenas 17 anos de idade, já era presidenta do grêmio estudantil das normalistas, o que serve para desmistificar a ideia de que foi por acaso que tenha se tornado a primeira mulher negra eleita no Brasil. Da mesma forma, sua longa intervenção como escritora e jornalista em diversos jornais numa época em que a literatura produzida por

⁶Trecho do enredo "De letra em letra se constroem vidas: obrigado, Professora Antonieta de Barros!", da escola de samba Lufa-Lufa, em 1987 (Romão, 2021a).

mulheres era escassa só revela sua capacidade de ser uma mulher à frente de seu tempo.

Dentre as pautas levantadas por Antonieta ao longo de toda sua vida destacou-se a defesa da educação, que para ela deveria ser um direito humano (Romão, 2021b). Em seu primeiro mandato, foi deputada constituinte e ficou responsável pela elaboração dos capítulos sobre educação, cultura e funcionalismo, que constariam na nova constituição do estado de Santa Catarina.

A educação que Antonieta preconizava era aquela capaz de promover o saber como uma arma contra a exploração e a ignorância (Person, 2016). Também era favorável a que os/as professores/as fossem selecionados/as para trabalhar nas escolas públicas através de concursos e não por indicação dos grupos que monopolizavam o poder político e econômico à época. Em 1938, participou ativamente da Cruzada Nacional de Alfabetização de Santa Catarina. Nesse período foi diretora da Escola Hercílio Luz, que oferecia ensino noturno para a alfabetização dos adultos das classes trabalhadoras. Ainda no âmbito educacional, em seu segundo mandato foi autora da lei estadual que instituiu o dia do professor, em 1948. Apenas em 1963 a data seria oficializada em todo país pelo então presidente da república, João Goulart (Romão, 2021a).

É sabido que Antonieta não se considerava feminista, talvez por sua formação religiosa e ideológica e também por conflitos com o feminismo hegemônico da época. Apesar disso, pode-se afirmar que suas reivindicações nos diferentes espaços que ocupou foram essenciais para o enfrentamento ao machismo e para o avanço das conquistas das mulheres em Santa Catarina e no Brasil. Aliás, outro aspecto problemático que Romão (2021a) destaca nas narrativas acerca de Antonieta é que ela foi considerada menos feminista do que suas contemporâneas brancas, apesar de sempre ter deixado claro de que lado estava em se tratando da opressão feminina.

Seu pensamento crítico sobre as relações de gênero foi evidenciado ao defender uma educação que oferecesse condições igualitárias de formação às mulheres e aos homens. Foi por isso que introduziu o ensino de cultura geral na escola feminina, que ensinava as mulheres a costurar, bordar e cozinhar. Seus textos e suas ações provam que se Antonieta não se considerava feminista, o problema residia no tipo de feminismo que se tomava como modelo, e não em seus ideais.

Por todos esses feitos é que Antonieta de Barros foi reconhecida e admirada em seu tempo. Prova disso é que, em 1945, os estudantes do Instituto Estadual de Educação fundaram um grêmio que levou seu nome (Romão, 2021a). Nos tempos atuais, Antonieta é nome de rua, escola, túnel, memorial⁷ e associação de mulheres negras⁸, além de inspirar enredos de escola de samba em Florianópolis, sua cidade

⁷ Trata-se do Memorial Antonieta de Barros. Ver: Silva e Lucas (2006).

⁸ Sobre a Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros, consultar Carvalho (2017).

natal. Em 2019, o centro da cidade recebeu um mural com seu retrato e, em 2021, Antonieta recebeu o título de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Santa Catarina. Segue viva a sua herança para as futuras gerações que lutam por uma educação verdadeiramente emancipadora para todos/as.

Para concluir: “na rua, quebrando o silêncio costumeiro”⁹

A partir das estatísticas nacionais¹⁰, é possível se ter uma ideia do lugar social das mulheres negras no Brasil. Diante desse quadro desigual que afeta as mulheres, qual é o significado para mulheres negras de atuar como professoras? Em resposta, a intelectual Nilma Gomes traduziu bem o significado da docência para mulheres negras:

[...] ao se tornarem professoras, “saíram do seu lugar”, isto é, do lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições socioeconômicas da maioria da população negra brasileira - o lugar da doméstica, da lavadeira, da passadeira, daquela que realiza os serviços gerais, para ocuparem uma posição que, por mais questionada que seja ainda é vista como possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal (Gomes, 1995, p. 28-29).

Eva Aparecida da Silva (2003) afirma que trazer visibilidade à inserção das mulheres negras no campo da educação é relevante devido ao fato de esse espaço profissional, até aproximadamente os anos 1950, ter sido ocupado por mulheres brancas, predominantemente, filhas da classe média. Logo, a inserção da mulher negra na educação básica configura-se como uma (re)existência. Muitas “saíram do seu lugar” sendo capazes de ressignificar o sentido de ser professora da educação básica como um lugar de potência (Gomes, 1995). O protagonismo que muitas mulheres exercem no campo da educação, expresso em dados pelo número de professoras negras na educação básica, revela que “o muro permanece alto para mulheres negras” (Roza, 2021, s/p). A inserção da mulher negra na educação configura-se como uma re-existência. Ocupar esse lugar profissionalmente revela um protagonismo social e político de Antonietas que constroem práticas educativas que fazem emergir novas subjetividades e conhecimentos (Silva, 2020).

⁹ Em referência ao livro *Farrapos de Ideias* (Barros, 2022, p. 161).

¹⁰ Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, a população brasileira era de 191 milhões de habitantes. Destes 51% referem-se a pessoas negras, sendo 25,6% mulheres negras, demonstrando que são uma importante parcela da população brasileira. Dados atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontam que mulheres negras e pessoas negras são maioria entre desempregadas ou têm a menor renda. Os dados ainda revelam que a taxa de analfabetismo é maior quando se trata da população negra (9,9%) do que entre brancos (4,2%).

Porém, ao comparar a presença de professoras negras na educação básica com outros níveis da educação como, por exemplo, no ensino superior, Lola Ferreira (2018) revela que mulheres negras com doutorado são menos de 0,3% do corpo docente de pós-graduação no Brasil. Logo, percebe-se o quão importante é retomar a história e prática de Antonieta de Barros como uma referência de um passado vivo que impulsiona a luta presente por novas e antigas pautas. As Antonietas do presente cujos “passos vêm de longe” seguem o legado de Antonieta de Barros lutando pelo direito e valorização da educação, e comprometidas com uma educação para as relações étnico-raciais e de gênero, promovendo transformações profundas nos currículos, conteúdos, nas práticas pedagógicas.

A autora escreve que “nem só de flores, nem só de sombras, nem só de música. Há de desafiar a nossa coragem e a nossa atenção, pedras esquecidas ou aí postas pelo descuido ou pela maldade das criaturas. Há soalheiras que vitalizam. Há gritos e há lutas, onde a vida se revela e as almas se robustecem” (Barros, 2022, p. 175). Os caminhos percorridos por mulheres negras são, historicamente atravessados por lutas de re-existência, a experiência e produção de Antonieta de Barros é exemplo de como ressignificar a dor em ensaios de liberdade e aprendizagem ou, como teoriza bell hooks (2007), através da “paixão pela experiência”, que engloba muitos sentimentos e em particular o sofrimento como lugar de construir um saber particular.

Professoras negras superam padrões hegemônicos de conhecimento. Ao se projetarem em uma carreira de ensino, desafiam e criam alternativas para lidar com as opressões/desigualdades, sobretudo porque entrelaçam suas experiências individuais com uma agenda política coletiva.

Segundo Andréa Lopes da Costa (2021), Antonieta foi singular em tudo. Embora a representação na política institucional de mulheres negras no Brasil seja ainda limitada, a história de sucesso de Antonieta de Barros é atual e se repete. A cada novo processo eleitoral, a presença e o protagonismo de mulheres negras têm sido progressivamente ampliados, pois não estamos sós e levamos “as pautas políticas de uma coletividade, as narrativas de várias gerações e o legado de toda a ancestralidade” (Costa, 2021).

Antonieta de Barros é protagonista na história política da educação do Brasil ao tornar-se professora, primeira mulher negra a ter um mandato no país e escritora. Ela representa para as mulheres negras a possibilidade de desafiar os processos discriminatórios e trazer à tona o papel da educação para a população negra, como estratégica para a superação das desigualdades de gênero, raça e classe. A intelectual desafiou o racismo e deixou um legado que inspira futuras gerações. Sua presença e atuação nas instituições de ensino e na política por si só já abala as estruturas que

reforçam as relações desiguais. Suas escritas¹¹ rompem com o silenciamento e o epistemicídio¹², dando lugar a novas epistemologias e políticas. Sujeita de si, Antonieta teoriza a partir de suas práticas, tomando como referências suas experiências.

Antonieta de Barros é o agora e se expressa em uma diversidade de mulheres que fazem a ponte entre educação, campo político e escrita de novas narrativas, que são sujeiras de si e têm contribuído para desenhar outro contexto, que nos convoca à resistência, a construir identidades positivas, incluindo conquistar lugares para além das margens, tecendo referências e redes em que uma puxa a outra.

Referências

BARROS, Antonieta de. *Farrapos de idéias*. Florianópolis: Skript, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Carol Lima de. Mulheres negras em ação: Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros, Florianópolis-SC (1985-2015). In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, Florianópolis. *Anais...* 2017. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/view/683>. Acesso em 07 ago. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, Andrea Lopes da. Gerações em diálogo, mulheres negras em resistência. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (orgs.). *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

DEBUS, Eliane. *Antonieta*. Tubarão: Copiarte, 2019.

¹¹ Refere-se ao conceito de “escritas”, de autoria da escritora Conceição Evaristo. É uma forma de narrar entrelaçando a escrita e as experiências de vida, ou seja, a escrita nasce do cotidiano, das memórias e revela a condição das mulheres, pois, abarca as questões étnico-raciais, de gênero, de classe etc. (Duarte; Côrtes; Pereira, 2016, p. 52).

¹² A filósofa Sueli Carneiro (2005), ao analisar os processos de destruição de conhecimento, desenvolve sua concepção de epistemicídio como a recusa de saberes alternativos, o assassinato do conhecimento de determinados povos por parte da ciência moderna e, como tal, nega à população negra a condição de sujeitos de conhecimento.

- DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (orgs.). *Escrivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea Editora, 2016.
- FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. *Gênero e Número*, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>> Acesso em 09 ago. 2022.
- FONTÃO, Luciene. *Nos passos de Antonieta: escrever uma vida*. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- GONÇALVES, Renata. O pensamento insurgente de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 49, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- _____. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 464-478, 1995.
- MARGARIDA, Palmira. *A perfumaria ancestral: aromas naturais no universo feminino*. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2018.
- NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. Apresentação: Antonieta de Barros e Jeruse Romão. In: ROMÃO, Jeruse. *Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Editora Cais, 2021. p.15-17.
- NUNES, Karla Leonora Dahse. *Antonieta de Barros: uma história*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- PERSON, Flávia. *Antonieta*. Projeto Curta Mulheres. 15 min. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w511SXZxRMU>. Acesso em 6 jul 2022.
- ROMÃO, Jeruse. *Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Editora Cais, 2021a.

- _____. Reportagem Especial: julho marca os 120 anos de nascimento de Antonieta de Barros. 15min. *TV Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cZ24xSJ4kkQ&list=WL&index=33&t=1s&ab_channel=assembleiasc>. Acesso em 07 ago. 2022.
- ROZA, Gabriela. O muro permanece alto para mulheres negras. *Gênero e Número*, 23 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/muro-mulheres-negras/>> Acesso em 09 ago. 2022.
- SILVA, Andréia Souza da; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira. O memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.11, n. 1, p. 83-96, 2006.
- SILVA, Joselina da. Doutororas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, 2010.
- SILVA, Eva Aparecida da. *Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- SILVA, Daiana da. *Professoras negras: autoria e protagonismo na construção de práticas educativas anti-racistas e decoloniais na educação infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- SEADE. *Maior população negra do país*. São Paulo: Seade, 2006. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2022.